- 9) Despacho de Instrução oferecendo-se razões para que a defesa impugne, como lhe aprouver, o teor da apuração do montante do prejuízo causado ao Patrimônio Público (fls.39/40);
- 10) Notificação da causidica do sindicado e citação deste para apresentar defesa final(fl. 41/42);
- 11) Juntada da Defesa Final (fls. 43/53);

A comissão Sindicante, em seu fundamentado relatório (fls. 54/73), analisando o conteúdo probatório contido nos autos, concluiu que o sindicado pode solver sua responsabilidade civil na forma do art. 42, §§3º a 6º, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, em relação ao dano que causou ao erário, devendo para tanto, haver aquiescência do aludido servidor, podendo por outro lado, ainda ser proposta uma ação de indenização em face do sindicado ou ainda a critério da Douta Procuradoria Estadual, providenciar a inscrição do débito apurado, consoante art. 39, §2º, da Lei 4.320/64, formalizando título executivo extrajudicial a fim de promover a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública Estadual. Ressalta ainda que há posicionamento doutrinário em sentido contrário ao que fora acima proposto, citando José armando da Costa e Maria Sylvia Zanella di Pietro, os quais admitem o procedimento auto-executório, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário para casos como o em tela. Por fim, relembra a Comissão que o valor por ela adotado é apenas um dos valores acostados aos autos, informando que a própria defesa ainda ofereceu mais três orçamentos e ainda consta do laudo da perícia oficial dois valores a que se pode chegar, a depender do enfoque que se adote.

É O RELATÓRIO.

A Sindicância Administrativa foi instaurada obedecendo a todos os requisitos legais, atendendo-se aos princípios da legalidade, publicidade, ampla defesa e contraditório.

Constata-se que a comissão sindicante exerceu suas atividades com independência e imparcialidade, atuando diligentemente na descoberta da verdade material, objetivo primordial de todo e qualquer processo.

Verifica-se, igualmente, que a comissão sindicante atendeu a todos os prazos processuais.

Examinadas as declarações e demais provas constantes dos autos, vê-se que a Comissão, no decorrer da instrução processual, concluiu que o sindicado pode solver sua responsabilidade civil na forma do art. 42, §§ 3º a 6º, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, em relação ao dano que causou ao erário público estadual.

Ante o exposto e considerando tudo o que consta nos autos da sindicância em apreço, especialmente o Relatório da Comissão Sindicante (fls. 54/73), o qual acolho integralmente adotando-o como motivação para prolatar esta decisão, constituindo parte integrante da mesma, em conformidade com o disposto no § 1º, do art. 50, da Lei Federal nº 9.784/99, c/c § 7º, do art. 164, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94,

DECIDO

pela reposição ao erário na forma do art. 42, §§3º a 6º, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, no prazo de 10(dez) dias a contar da data da publicação deste ato, em relação ao dano causado ao patrimônio público pelo servidor FRANCISCO RODRIGUES SOARES, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 09234-7, no montante apurado no Laudo Pericial Merceológico constante às fls. 28/29, no valor de R\$321,53(trezentos e vinte e um reais e cinquenta e três centavos), devendo para tanto, haver aquiescência do aludido servidor, e caso este discorde, determino o encaminhamento dos referidos autos à Douta Procuradoria do Estado para a proposição de ação de indenização em face do sindicado ou outra forma que entenda cabível ao caso.

CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Teresina, 12 de junho de 2006.

Bel. Raimundo Nonato Leite Barbosa
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 12.000- 310 /GS/06 Teresina, de junho de 2006

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o teor do Julgamento prolatado na Sindicância Administrativa Disciplinar nº21/GPAD/05, instaurada pela Portaria nº 175/GAB/2005, de 06.12.05

CONSIDERANDO teor do art. 59, da lei Complementar nº 37, de 10.03.04, bem como o disposto no art. 142, da lei Complementar nº 13, de 03.01.94,

RESOLVE

DETERMINAR ao servidor FRANCISCO RODRIGUES SOARES, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 09234-7 que promova, no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação desta Portaria, o recolhimento da importância de R\$321,53 (TREZENTOS E VINTE E UM REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) relativo aos danos materiais por ele causados ao erário, na forma do art. 42, §§3º a 6º, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, devendo, para tanto, haver aquiescência do imputado.

COMUNIQUE-SE. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE CUMpra-SE

Bel. Raimundo Nonato Leite Barbosa
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 36/GPAD/05
PORTARIA Nº 155/GAB/05, DE 07.11.05
PROCESSANTE: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
IMPUTADO: BENEDITO DUARTE FILHO

JULGAMENTO

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar nº 36/GPAD/05, instaurado por força da Portaria nº 155/GAB/05, de 07.11.05, da Corregedora Geral da Polícia Civil, objetivando apurar falta disciplinar atribuída ao policial civil BENEDITO DUARTE FILHO, Delegado de Polícia Civil de 2ª Classe, matrícula nº 092597-7, porque teria praticado irregularidades à frente da Delegacia de Polícia Civil de Buriti dos Lopes ao deixar de realizar procedimento policial por ocasião de apresentação de preso que portava pequena quantidade de substância que causa dependência física e psíquica e várias cédulas de R\$ 1,00 (hum real) e de R\$ 2,00 (dois reais) totalizando R\$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais), bem como solicitar vantagem patrimonial para recuperar uma motocicleta que fora objeto de furto naquela cidade.

Regularmente instalada, a comissão de Processo Administrativo Disciplinar passou a desenvolver atividades de instrução processual da seguinte forma:

- 1) notificação do processado para apresentar defesa prévia (fl.55);
- 2) apresentação da Defesa Prévia (fls. 62/63);
- 3) oitivas de Carlito Peres Fontinele (fls.86/89); Bernardo José Diniz, José Francisco Fontinele do Nascimento e José Ribeiro do Nascimento (fls. 94/103); José Arimatéia de Sousa Neto, João Batista Oliveira Alves, Raimundo Pereira Monteiro, José Marcelino Neto, Francisco das Chagas Almeida dos Santos, Raimundo Nonato do Val, Rogério Nunes da Costa, José Antonio Pereira da Silva, Domingos do Nascimento dos Santos e Cleber Antonio Pereira da Silva (fls. 110/152); José Arimatéia Sousa Filho e José Arimatéia de Sousa Neto (fls. 189/194);
- 4) Termo de Acareação realizado entre João Batista Oliveira Alves e Rogério Nunes da Costa (fls. 195/197);
- 5) interrogatório do imputado (fls. 198/207);
- 6) Despacho de instrução e indicição do servidor imputado por ter ele transgredido o disposto no art. 58, XLIV e XLIX, da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04 (fls.214/221);
- 7) Defesa final(225/233);

A comissão Processante, em seu fundamentado relatório (fls. 234/248), analisando o conteúdo probatório contido nos autos, concluiu que restou comprovado que o servidor imputado infringiu o art. 58, XLIV e XLIX, da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04.

Encaminhado o processo à Procuradoria Geral do Estado, para controle finalístico de legalidade, esta, por intermédio do fundamentado PARECER PGE/CJ-201/06, de 05.05.06 e do Despacho PGE Nº. 110/06, de 12.05.06, manifestou-se pela aprovação do Relatório da Comissão Processante.

É O RELATÓRIO.

O Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado obedecendo a todos os requisitos legais, atendendo-se aos princípios da legalidade, publicidade, ampla defesa e contraditório.

Constata-se que a comissão processante exerceu suas atividades com independência e imparcialidade, atuando diligentemente na descoberta da verdade material, objetivo primordial de todo e qualquer processo administrativo.

Verifica-se, igualmente, que a comissão processante atendeu a todos os prazos processuais, enviando o processo administrativo disciplinar em tempo hábil à Procuradoria Geral do Estado.

Ante o exposto e considerando tudo o que consta nos autos do processo em apreço, especialmente o Relatório da Comissão Processante (fls. 234/248), bem como o PARECER PGE/CJ-201/06, de 05.05.06 e o Despacho PGE Nº. 110/06, de 12.05.06, os quais acolho integralmente, adotando-os como motivação desta decisão, constituindo parte integrante da mesma, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 50, da Lei nº 9.784/99 c/c §7º, do art. 164, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94